



TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPETIVAS FUTURAS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ATAS DO III CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL
XIII CONGRESSO ISKO ESPANHA

Universidade de Coimbra, 23 e 24 de novembro de 2017

Com a coordenação de

Maria da Graça Simões, Maria Manuel Borges

TÍTULO

Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha

COORDENADORES

Maria da Graça Simões
Maria Manuel Borges

EDIÇÃO

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20

ISBN

978-972-8627-75-1

ACESSO

<https://purl.org/sci/atas/isko2017>

COPYRIGHT

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CEIS 20
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XX
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

PROJETO UID/HIS/00460/2013



ANÁLISE DA PAISAGEM RURAL SOB A ÓTICA DA TEORIA DA ESPACIALIDADE: SUA APLICAÇÃO AOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1970 E 2006 E O CAMPO TRAÇADO NO ATLAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO (2011)

Vera Lucia Punzi Barcelos Capone¹, Rosa Inês de Novais Cordeiro²

¹*Bibliotecária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal Fluminense (Niterói, Brasil), caponevera@gmail.com*

²*Professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (Niterói, Brasil), rosacordeiro@vm.uff.br*

RESUMO Comunicação que aborda o estudo da paisagem rural sob a ótica da teoria da espacialidade no campo da geografia, a partir do método da análise de domínio para a organização do conhecimento, sob o ponto de vista da ciência da informação. Para tal, está sendo desenvolvido um modelo conceitual resultante dos estudos de espacialidades detectados na literatura e os quais serão contextualizados nos Censos agropecuários brasileiros de 1970 e 2006. Os conceitos modelados serão comparados com as articulações do pensamento geográfico traçados no Atlas do espaço rural brasileiro (2011). A aplicação deste modelo conceitual visa à organização do conhecimento e da informação, ou seja, os sistemas de organização do conhecimento (KOS) da ciência da informação geográfica.

PALAVRAS-CHAVE *Análise da paisagem rural, Teoria da espacialidade, Organização e representação do conhecimento, Análise de domínio, Censos agropecuários.*

ABSTRACT Communication that approaches the study of rural landscape from the standpoint of the theory of spatiality in the field of geography, using the method of domain analysis for knowledge organization from the point of view of information science. For such, a conceptual model resulting from spatiality studies, detected in literature and contextualized in Brazilian agricultural censuses of 1970 and 2006, is being developed. The modeled concepts will be compared with the articulation of the geographic thought outlined in the Brazilian rural space atlas (2011). The application of this conceptual model aims at the organization of knowledge and information, that is, knowledge organization systems (KOS) of geographic information science.

KEYWORDS *Rural landscape analysis, Theory of spatiality, Organization and representation of knowledge, Domain analysis, Agricultural censuses.*

COPYRIGHT Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

INTRODUÇÃO

Esta comunicação é resultante de projeto de pesquisa em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal Fluminense (UFF) no campo da ciência da informação e no âmbito da análise de domínio, direcionado à organização e representação do conhecimento geográfico registrado de diversas naturezas. O objetivo da pesquisa visa cartografar na área da geografia as estruturas lógicas e conceituais relacionadas à teoria da espacialidade, associadas à paisagem rural brasileira (regiões Sul e Centro-oeste). Soma-se a isto, a aplicação dessa rede lógica conceitual no contexto dos censos agropecuários de 1970 e 2006 sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ter-se-á como consequência o desenvolvimento de um modelo conceitual que será comparado e intensificado com as articulações do pensamento geográfico traçado no *Atlas do espaço rural brasileiro* do IBGE (2011). Aliando-os aos pressupostos teóricos da ciência da informação e direcionados aos estudos de análise de domínio, o modelo proposto poderá ser aplicado na organização do conhecimento e da informação geográfica, contribuindo para a modelagem de serviços de informação; princípios de linguagens documentárias verbais e notacionais, como por exemplo: tesouros, classificações, ontologias, entre outros. Ou seja, seu propósito engloba os sistemas de organização do conhecimento (*Knowledge Organization Systems - KOS*) conforme elencados por Golub (2014, p. 9), a fim de responder ao pressuposto inicial da pesquisa que vem a ser compreender quais categorias primárias e secundárias governam e configuram a rede de conceitos da área de geografia com foco na teoria da espacialidade, fornecendo elementos que caracterizem a paisagem rural, e auxiliem em sua análise.

A propósito do termo ciência da informação geográfica (*Geographic Information Science - GISc*), sua denominação deve-se a Michel Goodchild, no início dos anos 1990, quando a GISc era observada como contexto teórico para o desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica (*Geographic Information System – GIS*), na ocasião em que seu estudo sistemático adquire *status* de uma ciência própria, cujos temas fundamentais decorrem da informação geográfica, compreendendo uma classe do conhecimento bem definida (Longley et al., 2013 & Raper, 2009).

Explorar as particularidades da informação geográfica implica em examinar seus fundamentos teóricos, identificando suas entidades, relacionamentos e processos de acordo com os princípios científicos que norteiam as propriedades da informação geográfica. Seu domínio abrange as dimensões de lugar, espaço e tempo, que aplicadas na leitura da paisagem e consoante aos dados estatísticos contribuem para os processos de análise, organização e representação dos estoques informacionais destas áreas.

Os processos de análise, organização e representação da informação geográfica aplicados na leitura da paisagem de determinada região ressaltam, além dos elementos naturais, práticas de organização da sociedade e suas estruturas econômicas. Quanto à investigação estatística na coleta de informações detalhadas de uma região, a expressão numérica nos revela um conjunto de indicadores que refletem o grupo social que produziu uma determinada paisagem, atestando seu caráter polissêmico correspondente a uma realidade complexa resultante das múltiplas ações humanas.

A pluralidade de paisagens regionais retrata diferentes estilos de vida, espelhando os modos de organização de seus atores sociais. Sob este aspecto, podemos incluir a paisagem rural modelada por sucessivas gerações, políticas de Estado, ordenamento do território, entre outros.

O censo agropecuário reflete o Brasil agrário, cabendo ao IBGE à responsabilidade em planejar, executar e coordenar a atividade censitária no país de acordo com a legislação vigente, investigando os estabelecimentos agropecuários e as atividades aí desenvolvidas. O *Atlas do espaço rural brasileiro* (2011) apresenta-se como a interpretação geográfica das informações agropecuárias obtidas pelos censos agropecuários, destacando-se aquele realizado em 2006, mas também incorpora os resultados levantados desde o ano de 1940, permitindo uma visão histórica da evolução do espaço rural brasileiro.

A escolha dos censos agropecuários como objeto de análise é motivada pelo seu potencial informativo como fonte de pesquisa em torno da vida rural e a possibilidade de se extrair deles informações acerca da paisagem rural e também se verificando como o conhecimento estabelecido na literatura da área de geografia é sistematizado nos censos. Ainda, os censos agropecuários estruturam os conceitos direcionados à espacialidade, comprovando as mudanças ocorridas no espaço rural através das diferentes formas de apropriação e uso do território. Outrossim, os censos agropecuários representam a conjunção de idéias instituídas de áreas do conhecimento, geografia e estatística, que constituem um domínio.

A partir da década de 1970, o setor agropecuário apresenta uma expansão e modernização tecnológica através da ampliação de investimentos públicos na infraestrutura, no armazenamento e na modernização da produção agropecuária em grande escala.

O recenseamento geral de 1970 foi a oitava operação censitária englobando o conjunto do país, constituindo-se dos censos demográfico, predial, agropecuário, industrial, comercial e dos serviços, além de inquéritos especiais sobre as instituições de crédito e seguradoras. O censo agropecuário de 1970 foi o quinto a ser realizado no país, tendo abrangido as seguintes atividades: agricultura, pecuária, avicultura, apicultura, cunicultura, sericultura, horticultura, floricultura, silvicultura e extração de produtos vegetais.

O censo agropecuário de 2006 teve por escopo retratar o Brasil agrário considerando a inter-relação com atores, cenários, modos e instrumentos de ação e para tal implementou um processo de refinamento metodológico com respeito ao conteúdo da pesquisa relativo às novidades que se apresentaram ao universo agrícola nacional. Entre as variáveis investigadas, detalhou os estabelecimentos agropecuários, as atividades agropecuárias desenvolvidas abrangendo informações sobre as características do produtor, dos estabelecimentos, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria.

Também foram coletadas informações sobre as diferentes práticas agrícolas e formas de ocupação da área; manejo e conservação do solo; utilização de agrotóxicos; agricultura orgânica; atividades agrícolas; e disponibilidade de água dentro dos estabelecimentos. O questionário eletrônico aplicado à pesquisa censitária foi a novidade tecnológica com o emprego do *Personal Digital Assistant* - PDA.

O censo agropecuário não apenas constitui uma representação do real em termos de economia rural, mas implica em diferentes sentidos que podem ser atribuídos ao espaço geográfico quando estudado sob a ótica da configuração espacial decorrente do arranjo entre elementos naturais e artificiais de uso social, entre os quais as plantações e técnicas adotadas, sobre o território (Santos, 2014).

Esses arranjos entre elementos naturais e artificiais implicam em como o espaço se organiza. Condensando estes elementos numa segmentação da realidade envolvendo região, lugar e tempo, juntos refletem características que são recortes de conteúdo, passíveis no contexto informacional, de organização e representação para transmissão e uso efetivo resultante do processo da análise de domínio.

A comparação das paisagens depreendidas no censo agropecuário em relação ao *Atlas do espaço rural brasileiro* (2011) evidencia as informações levantadas pelos censos agropecuários entre os anos de 1940 e 2006, exercendo ao mesmo tempo a função de materialização da paisagem através dos mapas. O *Atlas* traça um panorama no processo de ocupação do espaço rural brasileiro, examinando as transformações ocorridas no setor agropecuário no intervalo censitário de 1940 a 2006, considerando variáveis passíveis de comparação, tais como: evolução dos estabelecimentos, número e área; utilização da terra; as principais atividades produtivas; total de pessoal ocupado; número de tratores; efetivos da pecuária, entre outros, levando em conta as Unidades da Federação. Este é um estudo publicado em 2011, não tendo sido reeditado até a presente data.

A aplicação da teoria da espacialidade à análise da paisagem rural vai ao encontro de um sistema de realidades estruturado por um *corpus* teórico construído em torno de um conjunto de conceitos referentes à natureza do espaço, que nos permitem propor um modelo conceitual relacionados à paisagem e seus constituintes, considerando-se a vida que a preenche:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo (Santos, 2014, p. 31).

A questão da espacialidade se reveste de significância no domínio da geografia, pois se relaciona à disposição física dos elementos da natureza na superfície terrestre e direcionam nosso olhar. Esses elementos combinados, isto é, o lugar de cada elemento, configura uma paisagem. Gomes (2013, p. 17) trata essa questão com muita propriedade: “Espacialidade é o conjunto formado pela disposição física sobre esse plano de tudo que ele contém. Corresponde, assim, ao resultado de um jogo de posições relativas de coisas/e ou fenômenos que se situam, ao mesmo tempo, sobre esse mesmo espaço.”

A estrutura teórica direcionada à compreensão da paisagem importa ao campo da geografia, sendo a realidade perceptível o resultado da ação do homem na produção do espaço por meio de objetos naturais e artificiais que resultam numa configuração territorial, sendo estas as principais categorias defendidas por Santos na análise da paisagem:

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casa, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica [...] (Santos, 2009, p. 62).

Cada tipo de paisagem reflete as diferentes forças produtivas estando os diversos níveis de realidade associados à porção visível do espaço geográfico, refletindo sua fração aparente. Vista desse modo, as paisagens podem ser divididas em três categorias, quais sejam naturais, modificadas e organizadas. Cruz (2002), com base nos estudos de Dollfus (1991), ressalta que a paisagem natural é aquela que não sofreu a ação do homem. Em contrapartida, a paisagem modificada apresenta transformações provocadas pelo homem, tais como as queimadas ou aquelas resultantes de atividades pastoris. As paisagens organizadas derivam de ações meditadas, combinadas sobre o meio ambiente.

Saquet (2015) examina uma vasta literatura que aborda o conceito de paisagem em estudos pioneiros de geógrafos italianos, cuja ênfase recai sobre as relações entre forma e estrutura da paisagem associada

a fatores sociais. Com base nas pesquisas de Quaini (1973, 1973a), Saquet (2015, p. 140) vê a paisagem agrária “[...] como um produto histórico, com descontinuidade e continuidade, ou seja, com mudanças e permanências que resultam de uma combinação de fatores ambientais e históricos, especialmente, de técnicas, sistemas de cultivo e de circuitos comerciais que estão presentes na organização territorial.”

A incorporação de sistemas técnicos ao espaço rural brasileiro forjou a implementação de inúmeras redes, redesenhando a paisagem rural das regiões que se pretende estudar, imprimindo um novo conteúdo aos recortes regionais do território. Esse novo arranjo que se dá pela presença dos objetos técnicos é impregnado de informação: as atividades mais modernas, na cidade e no campo, passam a exigir adaptações do território, com a adição ao solo de acréscimos cada vez mais baseados nas formulações da ciência e na ajuda da técnica (Santos, 1994, p. 73).

Compreender o espaço significa adentrar numa teia de relações, formas, funções, organizações, estruturas, entre outros aspectos, que expõem as distintas maneiras de viver, num mesmo país, conjuntamente a seus meios de produção, porém em diferentes regiões. Nesta conjuntura, o estudo regional desempenha importante papel na apreensão dos diferenciados modos de vida nas diferentes regiões exercendo a função de categoria de análise, de acordo com afirmação de Santos (2014, p. 53): “Hoje a região, o regional, a regionalização têm de ser assim entendidos”.

No contexto da ciência da informação, a questão que se impõe à informação geográfica é como este campo teórico deve ser compreendido. Sobre a natureza e o conceito de espaço:

Uma das fontes mais frequentes de dúvida entre os estudiosos do tema parece ser o próprio conceito de espaço [...]. Como, na teoria e na prática, levar em conta os ingredientes sociais e “naturais” que compõem o espaço para descrevê-lo, defini-lo, interpretá-lo e, afinal, encontrar o espacial? O que caracteriza a análise do espaço? (Santos, 2009, p. 11).

Em artigo de revisão, Raper (2009) nos indica que o ponto de partida para a definição de informação geográfica e seus subcampos, entre eles a ciência da informação geográfica (*Geography Information Science – GISc*) depende de sua representação, ou seja, como se desenvolve sua construção teórica. Longley et al. (2013) argumentam que seu estudo sistemático constitui uma ciência própria e como tal seus temas fundamentais necessitam decorrer da informação geográfica enquanto uma classe bem definida da informação em geral.

Compreender e representar um domínio implica em conhecer e organizar seu conjunto de termos e conceitos adotados empregando-se um propósito lógico, cujo recorte reflita o objeto de estudo de uma comunidade científica, e qual o seu papel na sociedade, visto que a informação adquire o *status* de conhecimento quando compartilhada, descrita e disseminada. Uma comunidade de discurso é representada por seus pesquisadores, refletindo a construção social do conhecimento à medida que são identificados os pontos comuns que reunidos compartilham correntes teóricas semelhantes, porém autônomas, delimitadas por meio de fronteiras epistemológicas bem definidas e individualizam terminologias, taxonomias e organização padronizada do conhecimento, por exemplo (López-Huertas, 2006, p. 211, tradução nossa).

Segundo Hjørland e Albrechtsen (1995, p. 400, tradução nossa): “O paradigma da análise de domínio na ciência da informação estabelece que a melhor maneira de compreender uma comunidade de discurso é estudar os padrões e estruturas que compõem e refletem seus objetos”. Para esses dois autores, o paradigma na análise de domínio possui três dimensões: primeiramente, o caráter social tendo em vista a perspectiva social da ciência da informação. Segundo, a sua abordagem funcionalista dirigida ao

entendimento do mecanismo implícito e explícito da informação. Por último, o caráter filosófico-realista que busca encontrar as bases para a ciência da informação, cujos fatores externos às percepções subjetivas individuais se opõem ao paradigma cognitivo e comportamental (Hjørland & Albrechtsen, 1995, p. 400, tradução nossa).

A terceira dimensão abordada pelos autores, a partir de Wilson (1993), é que uma especialidade deveria ser vista em sua totalidade e não individualmente: “A questão não é com um aspecto individual pode afetar um grupo [uma comunidade discursiva], mas sim sua totalidade, visto que a informação possui um traço coletivo” (Hjørland & Albrechtsen, 1995, pp. 401, tradução nossa).

Análise de domínio em ciência da informação pode ser definida como uma metateoria, tendo em conta sua capacidade em explorar e analisar as definições, o escopo e o alcance, bem como o nível de especialização de um assunto ou uma comunidade de interesse, segundo Tennis (2012, p. 3-8), com base em Hjørland e Hartel (2003).

A tarefa de organização do conhecimento pressupõe uma análise dos elementos que constituem um domínio, uma área do conhecimento, em como sistematizá-lo, procurando entender logicamente a estrutura das categorias e conceitos e como estes se relacionam semanticamente visando um objetivo específico, que vem a ser o atendimento às necessidades de informação das diversas comunidades de usuários, através do diálogo que necessita ser estabelecido entre estas comunidades e as unidades informacionais (Hjørland, 2010).

Em relação à análise de domínio, Smiraglia (2012), segundo estudo de Guimarães (2014), para que bibliotecas e centros de informação atendam a objetivos específicos, as fontes de informação devem ser identificadas, descritas, organizadas e disseminadas. Para isso, elenca onze diferentes abordagens que podem caracterizar uma análise de domínio visando o atendimento às necessidades informacionais das comunidades de usuários, a saber: 1. Produção de guias de literatura; 2. Construção de classificações e tesouros especializados; 3. Indexação e recuperação da informação especializada; 4. Estudos empíricos de usuários; 5. Estudos bibliométricos; 6. Estudos históricos; 7. Estudos de documentos e gêneros; 8. Estudos epistemológicos e críticos; 9. Estudos terminológicos, linguagens para propósitos determinados, semântica de bases de dados e estudos dos discursos; 10. Estrutura e instituições da comunicação científica; e 11. Cognição científica, conhecimento perito e inteligência artificial.

López-Huertas (2015) ratifica a linha de pensamento de Hjørland e Albrechten ao dedicar estudos acerca da análise de domínio como sendo um caminho para se encontrar a estrutura do conhecimento, a dinâmica, a linguagem e o padrão de comunicação de uma comunidade de discurso, que representa o esforço de síntese das várias contribuições, relacionando-se diretamente com a questão da interdisciplinaridade interessando aos estudos de representação do conhecimento e recuperação de informações.

Percebe-se, desse modo, que a análise de domínio é uma abordagem metodológica sistematizada por meio da qual se promove a organização do conhecimento com vistas à indexação automática e recuperação da informação (Albrechtsen, 2015, pp. 560-561, tradução nossa).

METODOLOGIA

A natureza da presente pesquisa qualifica-se como uma abordagem qualitativa, tendo em vista representar de forma substancial a dinâmica das estruturas lógicas e conceituais que moldam os estudos de espacialidade compreendidos na literatura e produtos/dispositivos (censos agropecuários e *Atlas do espaço rural brasileiro*) da área de geografia. No contexto da ciência da informação geográfica volta-se para a organização e representação do conhecimento registrado no processo de transferência da informação, no âmbito da análise de domínio com vistas à inclusão nos KOS para posterior acesso e uso destes documentos.

Diante dos objetivos de se compreender o *corpus* teórico que estruturam a rede conceitual de espacialidade relacionados à paisagem rural, esta investigação tem como metodologia a proposta de análise de domínio estruturada na ciência da informação por Birger Hjørland (2002), partindo das abordagens sugeridas pelo autor, adotando-se a segunda abordagem, ou seja, a classificação especializada dirigida para o modo como os conceitos e suas relações semânticas se estruturam, de modo a orientar na compreensão dos modelos teóricos de espacialidade relativos à paisagem rural, objetivando sua recuperação pela perspectiva do usuário.

Os censos agropecuários de 1970 e 2006 juntamente com o *Atlas do espaço rural brasileiro* (2011) são as fontes documentais empregadas no desenvolvimento desta investigação, além da determinação de um núcleo significativo de autores relevantes já identificados na literatura da área da geografia, a saber: Gomes (2013), Quaini (1973), Santos (1994, 2009, 2014), Saquet (2015), entre outros, que tornam possível reconhecer e validar o que importa à análise da paisagem rural e viabiliza a garantia literária oriunda da rede conceitos da comunidade discursiva, configurando um domínio. Nas palavras de Smiraglia (2012, p. 113, tradução nossa), esse núcleo que produz conhecimento, proporciona outros novos: “A atividade social de uma comunidade de estudiosos é orientada por objetivos e limites a fim de produzir conhecimento e que este seja retido funcionando como uma fortaleza intelectual que proteja seus membros da influência externa”.

Esse domínio do conhecimento será detectado mediante duas dimensões, quais sejam: a dimensão da garantia literária, com base na literatura da área de geografia e pela dimensão empírica de dispositivos que registram o “consenso”, ou melhor, uma certa concordância, de uma comunidade discursiva representada nos censos agropecuários de 1970 e 2006 e no *Atlas do espaço rural brasileiro* (2011). O modelo teórico visa evidenciar as estruturas lógicas e conceituais desse domínio, para fins de aplicação nos sistemas de organização do conhecimento (KOS) na área de geografia, teoria da espacialidade e a paisagem rural fundamentado por essas duas dimensões selecionadas.

Em suma, nos procedimentos metodológicos conjuga-se ao estudo do pensamento geográfico acerca dos fundamentos teóricos que moldam o espaço agrário, as categorias conceituais que se aplicam à definição de espaço que se relacionam à paisagem rural por meio das regiões selecionadas, a saber: as regiões Sul e Centro-oeste, em vista dos diferentes aspectos espaciais, regionais, socioculturais e temporais que particularizam a paisagem das regiões indicadas nesta comunicação.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Por meio da análise de domínio na área de geografia, o presente estudo permitirá a elaboração de um modelo conceitual de espacialidade relacionado à paisagem rural, que poderá ser aplicado nos sistemas de organização do conhecimento (KOS). Consequentemente, a aplicação desses protótipos teóricos detectados na literatura das áreas de geografia possibilitará comparar as categorias identificadas nos censos agropecuários de 1970 e 2006 daquelas representadas no *Atlas do espaço rural brasileiro* (2011).

Pretende-se também com esta pesquisa contribuir para a ampliação de temas e discussões no âmbito da informação geográfica mediante o uso da metodologia da análise de domínio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o viés da ciência da informação, percebe-se que o conceito de informação geográfica não se limita apenas aos mapas, fato que enfraqueceria sua conceituação. Em sentido lato, a representação da informação geográfica se constitui das dimensões de lugar, espaço e tempo, integrando-se ao subconjunto da ciência da informação, conforme o entendimento de Raper (2009), que chama atenção para o fato da ciência da informação se debruçar pouco sobre a informação geográfica, embora ofereça um vasto campo para discussão, visto seu aspecto multidisciplinar. Reconhece o desafio à ciência da informação na compreensão da representação do espaço geograficamente distribuído, pois como dado a ser recuperado possui seu estatuto próprio com relações e características variáveis que também requer tratamento, padronização e princípios de análise criteriosos, que assim oferece um considerável espectro de informações que tendem a se multiplicar produzindo novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albrechtsen, H. (2015). This is not domain analysis. *Knowledge Organization*, 42(8), pp. 557-561.

Atlas do espaço rural brasileiro. (2011). Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263372>.

Censo agropecuário: 1970. (1970). Rio de Janeiro: IBGE. 3 v. Recuperado de <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=periodico&campo=titulo&opeqry=&texto=censo%20agropecuario&digital=false&fraseexata=>.

Censo agropecuário: 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação: segunda apuração. (2012). Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=periodico&campo=titulo&opeqry=&texto=censo%20agropecuario&digital=false&fraseexata=>.

Cruz, R. de C. A. da. (2002). As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In Yázigi, E. (Org.), *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto.

Dollfus, O. (1991). *O espaço geográfico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Golub, K. (2014). *Subject access to information: an interdisciplinary approach*. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, pp. 1-40.

Gomes, P. C. da C. (2013). *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Guimarães, J. A. C. (2014). Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, 41(1), pp. 13-21.

Hjørland, B. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. (2002). *Journal of Documentation*, pp. 422-462, 2002.

_____. Domain analysis in information science. (2010). In Bates, M. J., & Maack, M. N. (Ed.), *Encyclopedia of Library and Information Sciences*. 3rd. ed. New York: Taylor and Francis. v. 7, pp. 1648-1654.

Hjørland, B. & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, Hoboken, 46(6), pp. 400-425.

Hjørland, B. & Hartel, J. (2003). Afterward: ontological, epistemological and social dimensions of domains. *Knowledge Organization*, 30(3/4), pp. 239-245).

Longley, P. A. et al. (Org.). (2013). *Sistemas e ciência da informação geográfica*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.

López-Huertas, M. J. (2006). Análisis del dominio interdisciplinar para la representación y organización del conocimiento. In González de Gómez, M. N. & Orrico, E. G. D. (Org.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EdUFRN, pp. 209-235.

_____. (2015). Domain analysis for interdisciplinary knowledge domains. *Knowledge Organization Journal*, 42(8).

Quaini, M. (1973). *Per la storia del paesaggio agrario in Liguria: note di geografia storica sulle strutture agrarie della Liguria medievale e moderna*. Savona: C.C.I.A.A.

_____. (1973a). Geografia storica o storia sociale del popolamento rurale? *Quaderni Storici*, n. 24, pp. 691-744.

Raper, J. (2009). Geographic information science. *Annual Review of Information Science and Technology*, 43(1), pp.1-117.

Santos, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec.

_____. (2009). *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: EdUSP.

_____. (2014). *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Edusp.

Saquet, M. A. (2015). Território e paisagem: da construção material à representação?. In _____. *Abordagens e concepções de território*. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões.

Smiraglia, R. P. (2012). Epistemology of domain analysis. In: Lee, H. L. & Smiraglia, R. P. (Ed.). *Cultural frames of knowledge*. Wurzburg: Ergon, pp. 111-124.

Tennis, J. T. (2012). What does a domain analysis look like in form, function, and genre?. *Braslian Journal of Information Science: research trends*, Marília, 6(1), pp. 3-15. Recuperado de <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>

Wilson, P. (1993). Communication efficiency in research and development. *Journal of the American Society for Information Science*, 44, pp. 376-382.